

Fato gerador, base de cálculo e alíquota

(parte 1)

FATO GERADOR

Conceito:

Fato gerador é o acontecimento que faz surgir a obrigação de pagar um tributo ou cumprir um dever relacionado à legislação tributária. O Fato gerador da obrigação deve ser previsto em lei que, ao acontecer, obriga ao pagamento de um tributo. Exemplo: Quando uma pessoa recebe o salário e demais receitas, esse pagamento é o fato gerador do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

Temos, ainda, o Fato gerador da obrigação acessória, situação que obriga o contribuinte a fazer algo que não envolve diretamente pagar o tributo, mas está relacionado a ele. Exemplo: Emitir nota fiscal em uma venda é uma obrigação acessória. A venda é o fato gerador do tributo, e a emissão da nota fiscal é o dever legal ligado a isso. Outro exemplo: entregar a declaração do Imposto de Renda mesmo que você não tenha imposto a pagar.

CTN, art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação **definida em lei** como necessária e suficiente à sua ocorrência.

CTN, art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de **ato que não configure obrigação principal**.

CTN

CTN, art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o **fato gerador** e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de **situação de fato**, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de **situação jurídica**, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.



Art.116 CTN



DF CARF ME
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Fl. 4425



PROCESSO	10340.721154/2021-74
ACÓRDÃO	2301-011.456 – 2ª SEÇÃO/3ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	1 de outubro de 2024
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	AMCOM SISTEMAS DE INFORMACAO S/A
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/01/2017 a 31/12/2018

COOPERATIVA DE TRABALHO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS. DESCONSIDERAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. COMPROVAÇÃO DE SIMULAÇÃO E INTERPOSTA PESSOA.

A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA. DEMONSTRAÇÃO DA PRÁTICA DE SONEGAÇÃO, FRAUDE OU CONLUÍO. APLICABILIDADE.

A aplicação da multa qualificada exige a comprovação do evidente intuito de sonegação, fraude ou conluio. A ausência de escrituração contábil e societária condizente com os fatos, denotando simulação praticada e a intenção dolosa do contribuinte na prática dos atos de sonegação, fraude ou conluio, para impedir o conhecimento do fato gerador pela autoridade fazendária, justificam a manutenção da qualificação da multa de ofício.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de **dissimular a ocorrência do fato gerador** do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10980.724298/2016-80
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1402-002.959 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de março de 2018
Matéria GANHO DE CAPITAL: ALIENAÇÃO DE ATIVO
Recorrente TUC PARTICIPAÇÕES PORTUÁRIAS S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/07/2011 a 30/09/2011

FATO GERADOR. NEGÓCIO JURÍDICO. CONDIÇÕES SUPENSIVAS.

Somente quando a condição suspensiva do negócio jurídico se cumpre, o contrato se torna exequível. O fato gerador é no momento da implementação das condições suspensivas, nos termos dos arts. 116 e 117 do CTN.

DECADÊNCIA. CONTAGEM DO PRAZO. IRPJ. LUCRO PRESUMIDO.

O prazo para constituir o crédito tributário referente ao IRPJ extingue-se em 5 anos, contados da ocorrência do fato gerador, que no caso do lucro presumido é ao final de cada trimestre. Com a ciência da autuação em 12/09/2016, alcançou dentro dos 5 anos os fatos ocorridos em 06/07/2011.

Art. 117. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo **suspensiva a condição**, desde o momento de seu implemento;

II - sendo **resolutória a condição**, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.



Art.118 CTN



Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

